

15/09/2021

APEOESP

113

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CITE** e **CUT**

MOBILIZAÇÃO UNIFICADA DOS SERVIDORES PODE DERROTAR O PLC 26!

**Queremos a retirada da reforma
administrativa de Bolsonaro**

Em reunião realizada na quarta-feira, 15 de setembro, a Diretoria Estadual Colegiada (DEC) da APEOESP discutiu a estratégia de luta contra o PLC 26 (reforma administrativa de Doria) e também a participação da nossa categoria na mobilização nacional contra a PEC 32 (reforma administrativa de Bolsonaro) e demais ataques contra os servidores, serviços públicos, a Educação e a população.

Secretaria de Comunicação

MOBILIZAÇÃO UNIFICADA CONTRÁ O PLC 26

A DEC definiu que a APEOESP levará propostas de mobilização para a reunião unificada das entidades dos servidores que se realizará na quinta-feira, 16/9. Entre elas:

* Realização de ato público unificado do funcionalismo – na mesma data, sob deliberação do Conselho Estadual de Representantes (CER), a realizar-se no dia 25/9, às 15 horas, assembleia estadual dos professores.

* Mobilização unificada permanente e caravanas à Assembleia Legislativa de São Paulo quando for pautado o PLC 26, com rodízio de subsedes da APEOESP e demais sindicatos e centrais.

* Pressão sobre os deputados em suas regiões, solicitando que assinem carta-compromisso pela não aprovação do PLC 26.

PLC ataca o serviço público e os direitos dos servidores. Doria quer o desmonte do Estado e privatização

O PLC 26, que antecipa a reforma administrativa de Bolsonaro em SP, entre outras medidas abre caminho para a demissão de servidores efetivos e temporários com base em avaliação de desempenho; ataca o direito de greve ao permitir a contratação de temporários em momentos de paralisação; amplia as possibilidades de contratação de temporários e, portanto, descompromete o Estado com a realização de concursos públicos; enfraquece a estabilidade dos servidores públicos (que não é privilégio, mas compromisso com a continuidade das políticas públicas) por meio das avaliações de desempenho e livre contratação de temporários; além da redução do número de faltas de 30 para 15 (contínuas ou interpoladas) para caracterizar inassiduidade do(a) servidor(a).

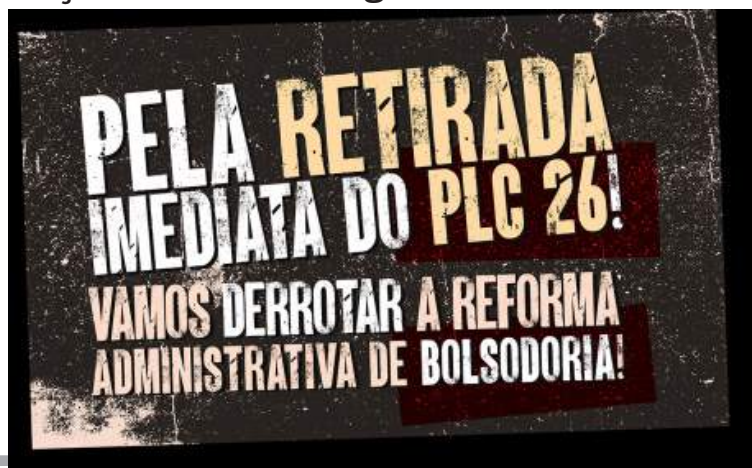
Isso tudo se combina com a política de arrocho salarial que vem sendo há anos implementada pelos governos estaduais do PSDB, aumentando o desinteresse dos mais jovens pelo serviço público e a evasão de servidores que têm a oportunidade de conseguir ocupações profissionais melhor remuneradas. Como isso, há um enfraquecimento dos serviços públicos e a facilitação de possibilidades de privatização, por meio de Organizações Sociais, concessões, consultorias ou simples transferência para grupos privados.

Recuo do governo não basta! Queremos a retirada do PLC 26 e uma mesa permanente de negociação para a valorização dos servidores públicos

Nossas denúncias sobre o caráter e o conteúdo do PLC 26 produziu um primeiro recuo do governo estadual, que enviou um aditamento à Alesp. Entre outros pontos, houve a anulação do limite salarial dos temporários em 90% do valor do salário dos efetivos; a prorrogação dos contratos dos professores e funcionários temporários que vencem no final deste ano até dezembro de 2022; algumas possibilidades de ampliação da evolução dos funcionários na carreira (que, entretanto, recebem salários baixíssimos); a possibilidade de retorno à PEI dos professores que se desligaram do programa, desde que não tenham sofrido penalidades.

Esses pontos já estavam na pauta de luta dos profissionais da Educação. O fato de o governo tê-los incorporado ao aditamento do PLC 26

não nos levará a concordar com esse projeto, de forma alguma. Continuamos na luta pela sua retirada, ao mesmo tempo em trabalharemos por todos os meios, políticos e jurídicos, para garantir esses direitos.



CONTINUAMOS EM LUTA POR EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTÉGRADA. NÃO AO PEI EXCLUDENTE!

O governo Doria/Rossieli realiza uma grande pressão nas unidades escolares pela adesão ao Programa de Ensino Integral (PEI). Para tanto, comete ilegalidades e passa por cima de decisões de Conselhos de Escola que já rejeitaram o PEI.

Para implementar o Programa, que exclui estudantes trabalhadores e força aqueles que não desejam permanecer nas escolas aderentes a estudarem em escolas distantes – levando-os, muitas vezes, a abandonarem os estudos – o governo determina o fechamento do noturno em muitas unidades escolares.

Ao mesmo tempo, também os professores são prejudicados, pois a contratação é “por perfil”, são sujeitos a jornadas abusivas e avaliações anuais (que podem levar a seu desligamento) e, ao não permanecerem na escola, são removidos “ex-officio” para outras escolas de forma aleatória pela Diretoria de Ensino.

Não aceitamos esses ataques aos direitos dos professores e à carreira do Magistério. Continuamos atuando contra esses desmandos pela via jurídica e com a mobilização em cada unidade escolar ameaçada, por meio das subsedes da APEOESP.

Nosso Sindicato enviará às subsedes mais exemplares da publicação que orienta a luta contra o PEI e ampliará a denúncia contra esse programa excludente na sociedade.



POR UMA ATRIBUIÇÃO DE AULAS JUSTÁ!

A SEDUC publicou portaria da CGRH com o calendário e normas para inscrição ao processo de atribuição de classes e aulas de 2022. Porém, ainda não publicou a Resolução de Atribuição de Aulas, o que provoca uma série de dúvidas e inseguranças nos professores, efetivos e sobretudo temporários, quanto à garantia de seus direitos.

Assim, a APEOESP exigirá da SEDUC a imediata publicação da Resolução de Atribuição de Aulas, na íntegra, e realizará encontro estadual de subsedes específico sobre esse tema, bem como veiculará publicação sobre o assunto. No devido momento, também será organizado plantão jurídico para acompanhar o processo e orientar os professores. Neste momento, todas as dúvidas devem ser dirimidas pelo Departamento Jurídico nas subsedes e na Sede Central (veja os telefones em www.apeoesp.org.br).

A LUTA PELA VIDA, DEMOCRACIA E DIREITOS PROSSEGUE

A APEOESP está totalmente integrada à luta pela democracia e contra o governo genocida de Jair Bolsonaro. Por isso, foi a responsável por assegurar, por meio de medida judicial articulada pelo nosso Sindicato, juntamente com outras entidades e movimentos, a realização do ato público de 7 de setembro no Vale do Anhangabaú, que Doria quis proibir.

Não vamos recuar frente a qualquer ameaça ou intimidação. Assim, estaremos firmes no dia 2 de outubro, em nova manifestação pelo fim do governo Bolsonaro. Orientações às subsedes serão enviadas oportunamente.